

A REVISTA BRASILIENSE E O PCB: INDEPENDÊNCIA RELATIVA NA CONSTRUÇÃO DO NACIONALISMO BRASILEIRO¹

Victor PUGLIESE²

RESUMO: O artigo investiga comparativamente as posições assumidas nos editoriais e em artigos selecionados da *Revista Brasiliense*, um periódico de cultura e política nacionalista publicado entre 1955 e 1964, e as posições oficiais assumidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Justificada pela presença majoritária de militantes ou ex-militantes pecebistas no Conselho Editorial, entre eles Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, suas duas figuras mais importantes, a comparação demonstra a organização de uma posição editorial que se distancia da hegemonia pecebista, se aproxima a uma posição independente, “caiopradiana”, eventualmente divergente da partidária, e executa lances na linguagem política do nacionalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Político Brasileiro; Quarta República; Caio Prado Júnior; Partido Comunista Brasileiro.

THE REVISTA BRASILIENSE AND THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY: THE RELATIVE INDEPENDENCE IN THE CONSTRUCTION OF BRAZILIAN NATIONALISM

ABSTRACT: *The article comparatively investigates the positions taken by the editorials and selected articles from the Revista Brasiliense, a review on nationalist culture and politics published between 1955 and 1964, and the official positions taken by the Brazilian*

¹ Este artigo é produto de uma pesquisa de iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo – SP – Brasil. Mestrando em Ciência Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7388-2441>. victorpugli@gmail.com.

Communist Party (PCB). Justified by the majority presence of activists or former militants from the PCB in the Editorial Board, including Caio Prado Júnior and Elias Chaves Neto, its two most important figures, the comparison demonstrates the organization of an editorial position that distances itself from the pecebist hegemony and approaches an independent, “caiopradian” position, eventually divergent from the partidary position, and executes moves to change the political language of nationalism.

KEYWORDS: *Brazilian Political Thought; Fourth Brazilian Republic; Caio Prado Júnior; Brazilian Communist Party.*

Introdução

Na metade da década de 1950, um grupo de intelectuais decidiu fundar uma revista. Seu principal criador e financiador, Caio Prado Júnior, assumiu a dianteira da iniciativa junto do primo e jornalista Elias Chaves Neto, reunidos para pensar os problemas que assolavam o Brasil. Além da liderança de ambos na revista, o Conselho Editorial contava com um número grande de intelectuais, majoritariamente militantes ou ex-militantes do PCB de São Paulo.³ Em setembro de 1955, é publicada a primeira edição da *Revista Brasiliense*⁴, com as páginas iniciais preenchidas por um manifesto de fundação nacionalista.

No manifesto, lê-se que a revista será um espaço para que “se congreguem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos” (BRASILIENSE, 1955). A orientação nacionalista fica explícita no pequeno diagnóstico:

Esse atraso [brasileiro] torna-se particularmente sensível na estreita dependência do estrangeiro para a satisfação de necessidades fundamentais de nossa vida. A exportação de produtos agrícolas ou de matéria-prima já não

³ Bernardo Ricupero percebe este padrão analisando os maiores publicadores da revista: “prova da ligação da *Revista Brasiliense* com certos comunistas é que, além de Caio e Elias Chaves Neto, seus principais animadores, [...] aparece entre os mais importantes colaboradores da revista gente que, num momento ou outro, esteve ligada ao PCB, como: Heitor Ferreira de Lima (28 artigos), Álvaro de Faria (26 artigos), Everardo Dias (22 artigos), Paulo Alves Pinto (22 artigos), F. Pompeo do Amaral (12 artigos), João Cruz Costa (7 artigos), Catulo Branco (7 artigos), Otto Alcides Ohlwieter (5 artigos), e José Chasin (4 artigos). No núcleo central da revista a presença comunista é ainda mais significativa. Dos dez colaboradores mais assíduos da *Revista Brasiliense*, nove deles tiveram alguma ligação com o PCB. Entre eles, apenas Florestan Fernandes (12 artigos), não foi membro do PCB. Portanto, há indícios seguros de que a *Revista Brasiliense*, apesar de sua independência, fazia parte da órbita cultural comunista.” (RICUPERO, 2000, p. 113).

⁴ Referida também, no texto, por “*Brasiliense*” ou “*R.B*”.

é suficiente para atender às exigências do bem-estar do povo, estimuladas por uma prosperidade resultante de duas guerras mundiais, em que fomos compelidos a prover nós mesmos as nossas necessidades. Não escapa também à mais superficial observação a extrema pobreza de densas camadas da população rural e urbana, que não foram atingidas pelos benefícios do surto econômico e industrial do país e continuam vivendo em condições vizinhas da miséria. (BRASILIENSE, 1955, p. 1).

O texto, além de elencar um conjunto de problemas que são vistos como as raízes do atraso brasileiro no desenvolvimento, estabelece a revista como um ambiente aberto a colaborações diversas – sendo o conjunto dos problemas elencados uma sinalização do “tipo” de intelectual com que gostaria de dialogar. Ao fim, reúne a assinatura de quarenta e cinco intelectuais, trinta e sete deles paulistas, entre nomes como Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, Sérgio Milliet, Edgard Cavalheiro, entre outros.⁵ A *Brasiliense* existiria por mais nove anos contados a partir de seu primeiro número, sendo publicada bimestralmente e alcançando 51 volumes no total – sua edição de número 52 já estava impressa quando foi extinta por intervenção do regime militar, em abril de 1964.

Temos, portanto, um periódico nacionalista sobre cultura e política que, apesar de ter em sua composição, tanto entre os autores mais publicados quanto entre membros do seu Conselho Editorial, intelectuais majoritariamente oriundos dos quadros do PCB, faz questão de se anunciar “sem ligação de ordem política e partidária” (BRASILIENSE, 1955, p. 1). A explicação para esta independência e autonomia, argumentamos, é centrada na figura de Caio Prado Júnior – mais especificamente, em sua contribuição teórica, que orienta o projeto editorial da *Revista Brasiliense*. Fernando Limongi (1987), ao escrever o primeiro trabalho de fôlego sobre a revista, já aponta que o grupo de paulistas militantes do PCB que se reúnem no periódico tinham uma história comum de derrotas no interior do Partido, nos episódios da Cisão Sachetta, de 1937, e na Conferência da Mantiqueira, em 1943.

Para além destes embates, a marginalização que Prado Júnior sofre internamente no Partido Comunista é notória (PERICÁS, 2016), fruto em parte de

⁵ Uma prosopografia realizada por Sérgio Montalvão (2017) dos signatários do manifesto indica que o perfil desses intelectuais, com poucas exceções, se liga mais à figura do *intelectual público* do que à do intelectual especializado que estava surgindo naquele momento de institucionalização das ciências sociais. Este quadro seria modificado ao longo da publicação, com a participação de professores universitários ligados à cadeira de Sociologia I da USP, especialmente Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, que lá publicam tanto artigos de intervenção política, quanto os primeiros estudos realizados pelo Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT).

uma divergência fundamental sobre a dinâmica do capitalismo brasileiro, em que se opunham a tese da colonização integrada ao mercado mundial como parte do sistema moderno do capitalismo (PRADO JÚNIOR, 2011), e a tese pecebista sobre as relações semifeudais no campo e a necessidade, portanto, de uma revolução democrático-burguesa no Brasil. A interpretação caiopradiana do Brasil é o que orienta boa parte das análises veiculadas no período e estabiliza o projeto editorial, conforme se vê nas posições manifestas pelos dois principais editores da revista, o próprio Prado Júnior e Chaves Neto, que assinaram quase todos os editoriais publicados. Assim, a independência da *Revista Brasiliense* em relação ao PCB será explicada tanto pela história política de parte do grupo reunido quanto pela matriz teórica comum da revista, fundamentalmente distinta da pecebista.

A relação entre o Partido e a *Brasiliense* é tratada de diferentes maneiras na literatura disponível que menciona o periódico, enfatizando ora um afastamento (LIMONGI, 1987; RICUPERO, 2000), ora uma aproximação, ainda que reconhecendo algum grau de autonomia (BIELSCHOWSKY, 2004; MACHRY, 2017). A questão, contudo, não foi exposta em maior profundidade até então, valendo, portanto, uma incursão comparada entre a revista e o PCB, tanto em relação aos diagnósticos mais gerais do quadro político brasileiro da época, quanto em questões “do calor do momento”, como apoios a candidaturas, debates suscitados pela opinião pública, avaliações de medidas de política econômica pontuais, entre outros casos⁶.

Em um plano geral, a *Revista Brasiliense* se insere em um contexto particular, referente à primeira experiência democrática brasileira: a hegemonia do nacionalismo como uma *linguagem política*, segundo John Pocock (2003) – ponto mencionado também em Machry (2017). Daniel Pécaut chegou a descrever o movimento nacionalista como a tentativa, por parte de diversos agentes, de construir “um idioma político inédito e autóctone”, de forma que “a modernização capitalista, a integração da nação, a revolução eram expressões de uma mesma crença” (PECAUT, 1990, p. 105). Em termos historiográficos, podemos situar a campanha nacionalista como um amplo movimento de opinião pública e ação política, não necessariamente de esquerda, que estendia uma coalizão de parte dos militares (como o marechal Henrique Lott e o general Estillac Leal), dos comunistas, dos trabalhistas e parte da burguesia brasileira, sendo estes dois últimos entrelaçados com o projeto getulista.

⁶ É essencial ter em mente, ao tratar de um periódico bimestral de intervenções políticas e culturais, as suas especificidades enquanto um objeto pensado para o curto prazo, respondendo a uma realidade imediata que, aos leitores futuros, deixa de fazer pleno sentido. Em outras palavras, trata-se de um objeto “sem aura”, pois “toda autenticidad está en un presente, en el que siguen incrustadas, pero que se ha convertido en pasado” (SARLO, 1992, p. 10).

A improvável afinidade eletiva entre estes setores tornaria o movimento permeado de contradições pela falta de uma unidade programática. O programa nacionalista tinha variados candidatos a formuladores: desde os pecebistas, com a revolução democrático-burguesa, passando pela CEPAL, com a industrialização contra a deterioração dos termos de troca, até os isebianos, substrato de fundamentação teórica do governo Juscelino. Ao fim do dia, por caminhos distintos, todos participavam deste balaio pela constatação de que uma coalizão dos setores “progressistas” – que incluía, controversamente, o que era chamado de burguesia nacional – era necessária para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em bases “autenticamente nacionais”. Esse polo aglutinador, que talvez pague a capacidade de agregação com a imprecisão programática, abre terreno para que a *Revista Brasiliense* possa se dedicar, tanto enquanto grupo como enquanto espaço, a tentar especificar e configurar um nacionalismo de esquerda.

Nesse sentido, são metodologicamente sugestivas as propostas do contextualismo linguístico, especialmente como visto em John Pocock (2003), para analisar o nacionalismo em geral como uma linguagem política, e a *Brasiliense* em particular como um grupo que busca manifestamente reelaborar o vocabulário nacionalista posto naquele momento, isto é, executa *lances*⁷ que buscam ser incorporados na linguagem política em disputa. A opção se dá pela própria natureza do objeto que se analisa. O periódico se constitui duplamente, enquanto um grupo unido por uma motivação política clara e compartilhada, e enquanto um espaço aberto à intervenção de diferentes autores, com diferentes perspectivas – e, nisso, uma abordagem que permite tratar minuciosamente a relação entre texto e contexto facilita a identificação da medida em que estes dois polos coexistem. A amplitude e a ascensão do vocabulário nacionalista na República de 1946 também, por sua vez, contribuem para sua análise como um ambiente de disputa.

Os dilemas do Partido Comunista Brasileiro

O PCB figura como um dos partidos mais estudados da história brasileira, seja por sua influência, seja por sua durabilidade, que consegue vencer as barreiras de um sistema partidário fragmentado e que até 1988 não conseguia se enraizar – o que não significa que o Partido tenha desprezado sua participação eleitoral ou não tenha sido afetado pelos reveses do sistema partidário.

⁷ Na dissertação de Marcos Machry (2017), essa ideia é utilizada de forma mais restrita à figura específica de Caio Prado Júnior.

No período da Quarta República, a atuação do PCB é turbulenta e marcada pelas reviravoltas da conjuntura. O curto período legalizado entre 1945 e 1947 demonstrou a força do PCB, que emplacou bancadas expressivas na Constituinte e nas eleições de 1947 – conseguindo a maior bancada da Assembleia do Distrito Federal (SKIDMORE, 2007), e é marcado por uma atuação de endosso às instituições vigentes e da consolidação da democracia (SILVA; SANTANA, 2007). Fato é que a retaliação do governo Dutra, através da cassação do registro partidário do Partido Comunista⁸ ainda em 1947, alinhada com a escalada de repressão aos Partidos Comunistas ao redor do mundo no início da Guerra Fria, será duramente sentida pelo partido, que permanecerá na ilegalidade até a Nova República, cerca de quarenta anos depois. A ilegalidade acabaria por garantir, pela ausência, a possibilidade de reabilitação do varguismo como direção política dos trabalhadores, manifesta no crescimento do PTB nas eleições de 1950, na amplitude do movimento queremista (BRANDÃO, 1997).

A ilegalidade não apenas abriu caminho para a disputa de suas próprias bases como impossibilitou o PCB, em certo sentido, de construir sua própria identidade, o que o enfraqueceu de maneira irreparável. A impossibilidade de materializar sua ação em uma disputa eleitoral com um candidato e um programa acabaram por criar, por exemplo, uma fração da classe trabalhadora capaz de participar de ações sindicais do Partido Comunista ao mesmo tempo em que votava no candidato trabalhista, contrariando as indicações partidárias para as eleições.

Neste cenário de contínuas derrotas e represálias, torna-se compreensível o contexto em que o PCB escreve o *Manifesto de Agosto de 1950*, documento em que se afasta das propostas de união nacional e adota uma linha política de derrubada do governo, passando a priorizar também a disputa por sindicatos. Com o passar do tempo, o PCB novamente reorientaria sua posição política, caminhando no sentido do movimento nacionalista. Raimundo Santos (2003) e José Antonio Segatto e Raimundo Santos (2007) procuram traçar as mudanças de linha política do PCB daquela década como frutos de uma reorganização interna que o Partido sofre a partir de dois acontecimentos: o suicídio de Getúlio Vargas e os debates inaugurados pelo XX Congresso do PCUS após o Relatório Kruschew.

Em poucas palavras, a argumentação de Segatto e Santos sustenta que o suicídio de Getúlio acabaria por forçar o PCB a rever sua política incisiva e

⁸ Skidmore (2007) atribui a cassação do registro partidário do PCB como forma de refrear os avanços que o Partido Comunista estava conquistando no pós-1945. A decisão foi apoiada pelo Exército (que era, inclusive, uma das instâncias de atuação do próprio Partido, o que foi uma surpresa) e pelos constitucionalistas liberais.

insurrecionista e moderar sua linha política rumo à defesa das liberdades democráticas, sendo possível já observar as transformações iniciais nas resoluções do IV Congresso do PCB, realizado ainda em 1954, poucos meses depois do suicídio. Este seria o início de um longo processo de modernização do pensamento político pecebista que produziria o marco da *Declaração de Março de 1958*, ainda que esta não tenha significado o fim do processo. Resgatando também a história dos debates que aconteceram no esteio do XX Congresso do PCUS e como a direção do Partido acabou por dirigi-los, expõe-se uma fratura dentro do Partido, entre “abridistas” e “fechadistas”, posteriormente convertidos em “renovadores” e “conservadores”.

Apesar da vitória dos renovadores, o partido conviveria continuamente com uma dualidade que se tornaria característica, uma “divisão do trabalho”, nas palavras de Carlos Nelson Coutinho, entre uma renovação filosófica e estética do marxismo brasileiro, mas com manutenção na linha política – isto é, uma coexistência insustentável entre “marxismo ocidental” e “marxismo-leninismo” (COUTINHO *apud* BRANDÃO, 1997). Na onda deste sopro renovador, vemos florescer também diversas revistas partidárias relativamente mais independentes em termos de elaboração teórica e análise política, como a *Estudos Sociais*, dirigida por Astrojildo Pereira e patrocinada pelo PCB; a *Problemas da Paz e do Socialismo*; o semanário *Novos Rumos* e, dentre elas, a própria *Revista Brasiliense*, lançada antes dos debates do relatório Kruschev, mas posterior ao suicídio de Getúlio e às resoluções do IV Congresso.

De todo modo, a *Revista Brasiliense* se destaca como um caso especial dentre estas por ser a única que não possui um vínculo direto com o PCB, assim como por se equilibrar entre o nacionalismo e o marxismo enquanto programa político – um programa qualitativamente distinto, naquele momento, daquele do defendido pelo partido. Em certo sentido, a relação do PCB com o movimento nacionalista parece se consolidar mais pelo acaso da possibilidade de se criar uma aliança política com os grupos progressistas (notadamente, a burguesia industrial) sob a bandeira do desenvolvimento nacional do que por iniciativa própria de elaboração teórica. De todo modo, a realidade se impôs.

Esse panorama nos faz vislumbrar o movimento do PCB nos processos políticos do período. Processos que, de um modo ou de outro, acabarão por mergulhar o Partido em uma crise da qual não sairá o mesmo e colapsará aquela ordem das coisas. Analisar as ideias que circundaram aquele tempo é procurar o movimento do pensamento que tornou possível aquelas escolhas, os embates e as conciliações. A especificidade da *Revista Brasiliense* surge daí, com sua condição de revista destinada a pensar e fundamentar a ação, dar respostas. Assim, no

decorrer de suas edições, vemos a marcação de um tempo político, suas ideias variam, eventualmente se contradizem, e o pensamento responde à realidade para tentar se adiantar em seu caminho. Um objeto processual que, no calor da hora, tenta responder uma realidade política também processual.

A *Revista Brasiliense* e suas posições

Em agosto de 1954, Caio Prado Júnior apresentou ao concurso da cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo a tese *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. Cerca de vinte anos depois, ao escrever suas memórias, Elias Chaves Neto remetaria a essa tese como o “motivo fundador” da *Revista Brasiliense*, afirmando que com ela

Caio Prado dava, assim, um novo sentido ao movimento nacionalista, tirando-lhe aquele aspecto simplista que consistia em denunciar o abuso de certas atividades de firmas estrangeiras no país, assim como o fato delas irem se apropriando de nossas riquezas naturais, para transformá-lo numa política econômica que tivesse por objetivo criar uma economia nacional destinada a satisfazer as necessidades de consumo do próprio país e não mais voltada para o exterior na qualidade de fornecedora de matérias-primas e gêneros alimentícios. Eram rumos inteiramente novos que se traçava para a economia da nação, visando sua independência econômica, sem a qual a própria independência política não passava de uma ficção. (CHAVES NETO, 1978, p. 141).

Foi sob este “novo” ideário nacionalista que “um grupo de intelectuais, comunistas e não comunistas fundou a *Revista Brasiliense*, num manifesto publicado no seu primeiro número de setembro-outubro de 1955” (CHAVES NETO, 1978, p. 142). A tese em si nos revela alguns elementos que merecem atenção: (a) uma aproximação real com alguns pontos do nacionalismo que se observaria posteriormente nas análises publicadas na *Brasiliense*; (b) uma aproximação de Caio Prado Júnior com elementos que caracterizarão a ação política do PCB; e (c) argumentos para problematizar a abordagem que torna linear a trajetória intelectual de Prado Júnior entre a *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e a *Revolução Brasileira* (1964) em relação ao PCB.

A tese se lança ao objetivo geral de contribuir aos debates sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, inserindo-se no amplo contexto de debates sobre modernização e desenvolvimento, efervescentes no Brasil nos anos

1950. Destacamos o diálogo estabelecido por Caio Prado com os “Teóricos do Desenvolvimento”, nomeação dada por ele aos intelectuais vinculados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), sendo referenciados nominalmente “Prebisch, Singer, Nurkse, Furtado, etc.” (PRADO JÚNIOR, 1956a, p. 17). Esses economistas teriam o mérito de reinterpretar os problemas dos países periféricos para além das fórmulas da ortodoxia econômica, compreendendo uma diferença qualitativa entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, mas possuindo a limitação de não compreender as particularidades da estrutura econômica latino-americana que a tornam singular em termos de desenvolvimento e de possibilidades de desenvolvimento. Os Teóricos do Desenvolvimento, segundo Prado Júnior, recaem em ciclos viciosos para explicar a dependência dos países periféricos do regime de exportações (e por conseguinte, o subdesenvolvimento), ao atribuí-la a elementos como o baixo nível técnico e a incapacidade de absorver e utilizar a força de trabalho disponível, deixando de lado as circunstâncias históricas que determinaram aquela situação (PRADO JÚNIOR, 1956a).⁹

Assim, Caio Prado procura construir uma contribuição ao debate que ocupava grande parte dos intelectuais da época, ao mesmo tempo que o faz como uma proposta de implicações políticas e, em algum sentido, que contivesse linhas gerais do que deveria ser – ou, ao menos, de como deveria ser concebida – uma política econômica de caráter nacionalista.

Em seu diagnóstico da economia brasileira e de sua evolução histórica, Caio Prado Júnior reapresenta alguns argumentos já presentes em sua obra ao menos desde *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Afirma que os ciclos econômicos vividos pelo Brasil se estruturavam pela lógica do mercado externo, e isto devido à herança colonial ainda presente, que cria um circuito de ciclos econômicos episódicos e que se repetiam a cada troca de organização do capitalismo central e sua demanda (iniciando no ciclo do pau-brasil até o ciclo cafeeiro, ainda vigente em 1954, segundo o autor). Neste sentido, leva-se à constatação de que todo o resto que se encontra na economia existe precisamente determinado por esta exclusividade da função de exportação de

⁹ João Antônio de Paula, ao analisar, em perspectiva comparada, a contribuição de Prado Júnior com a economia política cepalina, constata: “No campo das convergências citem-se as ênfases que dão às categorias da demanda como eixos dinâmicos do desenvolvimento. Também em sintonia, é a centralidade que dá ao mercado interno, a importância que reconhecem no planejamento e na intervenção estatal. No campo do discrepante destaquem-se: a) a crítica que Caio Prado Júnior faz ao que ele entende ser certo automatismo contido na posição da CEPAL, no referente à propagação do progresso técnico; b) a relativização do caráter cumulativo e linear do processo de substituição de importações; c) a forte ênfase que Caio Prado Júnior dá à necessidade de controle estrito do comércio externo e do câmbio” (PAULA, 2006, p. 10).

mercadorias primárias – e existe para ampará-la e dar-lhe sustentação (PRADO JÚNIOR, 1956a). Deste modo, o nacionalismo ganha o contorno de “modelo qualitativamente distinto” de desenvolvimento que seria possível e romperia com os laços de reprodução do sistema colonial ainda presentes. Por este ponto de vista e por suas propostas, centradas na criação e na estabilização do mercado interno e na reforma agrária, Caio Prado se aproxima do nacionalismo que será empunhado como bandeira pela *Revista Brasiliense* desde seu manifesto de fundação¹⁰.

Todavia, no último capítulo da tese, em que as propostas são apresentadas, encontra-se uma concepção de necessidade do desenvolvimento das forças produtivas dentro do Brasil para a emancipação do imperialismo, sem, contudo, que isso implique a necessidade de se estabelecer o socialismo em terras brasileiras. Sugerir que o socialismo no Brasil dos anos cinquenta fosse possível seria “se não fantasia de visionário, certamente maneira disfarçada de entravar as reformas que desde já se impõem e que não precisam aguardar um socialismo ainda irrealizável” (PRADO JÚNIOR, 1956a, p. 235-236). A operação dualista que coloca o desenvolvimento nacional no capitalismo como pré-história do socialismo acaba por aproximar o autor das posições defendidas pelo PCB desde a sua criação, tese muito distinta da que se veria em *A Revolução Brasileira*. Neste sentido, a análise da *Revista Brasiliense* permite vislumbrar o processo de transformação das posições de Caio Prado.

Detendo-nos nos artigos publicados pelo próprio historiador paulista, há um conjunto de proposições e princípios teóricos de seu nacionalismo que se mantém estável ao longo dos volumes, e que constitui o núcleo duro de sua formulação do nacionalismo enquanto programa. Esse programa é sempre definido como uma mudança qualitativa das bases do desenvolvimento nacional, trabalhando com a oposição capital nacional *versus* capital estrangeiro, centrado na melhoria da vida material da população brasileira. Grande parte do arcabouço apresentado na tese de 1954 é mantido, como a centralidade do mercado interno e a crítica às teorias “unilineares” do desenvolvimento¹¹, já a aproximação

¹⁰ A reforma agrária, inclusive, seria um dos grandes temas de contribuição de Caio Prado Júnior para a *Brasiliense*. Estes seriam posteriormente compilados e publicados em formato de livro sob o título *A Questão Agrária no Brasil*, de 1979.

¹¹ Caio Prado Júnior faz uma crítica à teoria ortodoxa do desenvolvimento, em que se mobiliza “a ideia de uma progressão, dentro do sistema capitalista, unilinear e homogênea, isto é, essencialmente idêntica quaisquer que sejam o país e a situação considerados” (PRADO JÚNIOR, 1956b, p. 10). Assim, esta seria uma visão que observa apenas o lado *quantitativo* do desenvolvimento econômico – “a ‘quantidade’ de progresso econômico” –, enquanto a visão correta seria uma visão *qualitativa* do desenvolvimento, que agrega a crítica ao sistema do capitalismo internacional que conduz alguns países à condição de dependentes de outros para efetuar a manutenção do sistema, sem se interessar (ou permitir) que os países periféricos se desenvolvam.

do PCB pela impossibilidade de implementação do socialismo é revisada, não encontrando eco nos artigos publicados na *Revista Brasileira*.

No artigo que estreia a participação de Prado Júnior como autor, “Nacionalismo Brasileiro e Capitais Estrangeiros”, publicado no n. 2 da *R.B.*, afirma-se que a campanha nacionalista “já hoje se situa no mesmo plano da luta da independência e da campanha da Abolição” (PRADO JÚNIOR, 1956b, p. 82). Nele, enfatiza-se a situação periférica do capitalismo brasileiro e sua impossibilidade de trilhar o “caminho clássico” do desenvolvimento, e a necessidade de emancipação em relação à dependência do capital estrangeiro para que o país se desenvolva sob suas próprias bases. Três anos depois, no n. 24, o historiador publica “Nacionalismo e Desenvolvimento”, retomando a tese do déficit estrutural da balança de pagamentos¹² e explorando uma cisão entre as teorias do desenvolvimento nacional. Caio Prado se posiciona contra aqueles que acreditavam que o desenvolvimento nacional seria possível através da abertura para a entrada dos capitais estrangeiros para auxiliarem nos primeiros passos da ampla industrialização, argumentando que os laços de dependência para com o centro do capitalismo seriam apenas rearranjados para a remissão de lucros para o exterior – um assunto de especial importância durante o governo Juscelino.

É também um crítico contumaz dos partidos políticos da época. Em 1956, argumenta que os partidos políticos brasileiros não têm consistência ou coerência programática, “não passam de agrupamentos heterogêneos e fortuitos que servem para dar uma legenda que a lei exige aos pretendentes de mandatos eletivos” (PRADO JÚNIOR, 1956c, p. 7). Segundo o historiador, aos partidos políticos faltaria “existir”, com a afirmação de uma personalidade independente de seus membros, portadores de um programa cujos militantes “não são senão portadores e instrumentos de expressão”. Ao longo dos artigos do autor, são recorrentes as passagens sobre a “mesquinaria” das disputas entre os blocos PSD-PTB e UDN (PRADO JÚNIOR, 1956c, 1958, 1961a). Além da crítica aos partidos institucionais, o autor defende que a tarefa do movimento nacionalista seria acessar a “consciência do povo brasileiro”, levando um programa sistemático e conciso por um “esforço educativo e de difusão cultural” (PRADO JÚNIOR, 1958, p. 4–5). O didatismo aliado a esta visão das massas fazia parte da produção nacionalista em geral, como demonstra Pécaut (1990). Esta visão da ineficácia dos partidos políticos institucionais e do papel dos movimentos populares de

¹² O argumento de Caio Prado sobre o déficit estrutural da balança de pagamentos trata da situação desigual entre os países industrializados do centro e os de exportação primária da periferia no comércio mundial. Neste sentido, dialoga com a tese de Raul Prebisch sobre a deterioração dos termos de troca, que apresenta argumento semelhante. É válido mencionar que este debate sobre a industrialização e a situação dos países no comércio mundial se estenderá com o passar do tempo, culminando nos debates sobre a teoria da dependência.

mobilizar a sociedade civil para transformar os mecanismos de representação se mantém até o fechamento da publicação.

De todo modo, é nos temas de política conjuntural que as discordâncias com parte do campo nacionalista se tornam mais claras. No início de 1956, Caio Prado Júnior recebia com otimismo a eleição de Juscelino Kubitschek como Presidente. Acreditava que, apesar de certas ressalvas programáticas e vacilações, Juscelino representava “sem dúvidas, uma situação nova que abre perspectivas promissoras” (PRADO JÚNIOR, 1956d, p. 1). O ponto chave do programa de Kubitschek, para o autor, era o plano de desenvolvimento e a perspectiva de industrialização da economia brasileira. Seu otimismo derivava de que, ainda que o presidente tivesse a crença de que seria capaz de realizar a transformação da economia brasileira com o auxílio dos capitais estrangeiros, ele logo seria “advertido da impossibilidade disso” e, assim, mudaria o rumo da política econômica. Isso, contudo, não aconteceu, e, já no fim daquele mesmo ano, o historiador publicaria um novo artigo elevando o tom: o governo é duramente criticado pela manutenção da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)¹³, que privilegiava a entrada dos capitais estrangeiros no Brasil de forma que seria clara a “pouca simpatia do governo pela indústria estatal” (PRADO JÚNIOR, 1956c). O autor prossegue e afirma que, ainda que Juscelino tenha a iniciativa pessoal de realizar seu programa de campanha, o governo que montou e as elites que o cercam jamais dariam endosso a algo desse gênero. As críticas, entretanto, não se encerrariam aí, encontrando o auge no fim do governo Juscelino, em 1960, quando Caio Prado afirma que Juscelino “foi certamente o mais entreguista, e nunca a economia brasileira assistiu a tamanha orgia imperialista” (PRADO JÚNIOR, 1960, p. 8).

No decorrer deste tempo, a desilusão do historiador paulista não se deu apenas com o governo Kubitschek, mas também com parte dos dirigentes do movimento nacionalista. Em 1958, no contexto da eleição de Carvalho Pinto como governador do estado de São Paulo, expõe forte discordância com grande parte das forças nacionalistas que declararam apoio à candidatura de Ademar de Barros, principal adversário do governador eleito, e afirma que a derrota serviria de lição para as forças políticas nacionalistas não se deixarem atrelar às “ambições personalistas de figurões políticos que nada apresentam em seu favor senão a

¹³ Elias Chaves Neto também faz críticas a diversas instruções da SUMOC entre 1955-1964, enfatizando também a Instrução 113 pela flexibilização da importação de bens de capital brasileiros em câmbio livre. A Instrução 113 do Ministro Eugênio Gudin e a “revolução desenvolvimentista” de J.K. seriam as causas maiores da desvirtualização da industrialização brasileira, condicionando-a a um sistema desenfreado de aplicação de capitais estrangeiros (CHAVES NETO, 1982).

capacidade demagógica pré-eleitoral, sua habilidade na fraude e na mistificação da opinião pública” (PRADO JÚNIOR, 1958, p. 3).

Na base de apoio de Ademar, estavam o PCB e os trabalhistas, sendo os últimos considerados por Caio nada mais que “massa de manobra para políticos ambiciosos” e “trampolim eleitoral”.

Na eleição seguinte, Jânio Quadros foi apresentado por Caio Prado como o candidato representante das elites entreguistas e sua vitória foi tida como a vitória do reacionarismo brasileiro. Insiste, ainda, que Jânio era apenas um “continuador da mesma política econômica de seu antecessor” (PRADO JÚNIOR, 1961b, p. 4). Já no governo João Goulart, após a renúncia de Quadros, o autor analisa a política nacional com base em uma crítica à disputa institucional, com partidos que não se guiavam por diretrizes programáticas que ousassem tocar nas questões do desenvolvimento nacional, como a reforma agrária. Ao contrário, os partidos são retratados como parte de um jogo mesquinho entre governo e oposição, de forma que, mesmo após a vitória de Goulart e das forças populares para ganhar plenos poderes enquanto Presidente, sua política teria sido de constante “adiamento de soluções” e esvaziamento das reformas de base. Para Caio Prado, a sociedade civil não conseguiu se mobilizar ativamente, ainda que o governo tenha recuado diante das reformas prometidas, o que levou os setores entreguistas a barrarem, sem grandes problemas, projetos como o de limitação de remessas de lucros e a reforma agrária (PRADO JÚNIOR, 1962). Nos últimos meses que antecedem o golpe militar e o fechamento da *Brasiliense*, o autor publicou apenas artigos sobre a questão agrária.

Ao fim, os escritos de Caio Prado Júnior representam uma exploração do núcleo duro do programa econômico do nacionalismo, exposto em seus princípios já na tese de 1954, e evidenciam distinções com o resto do campo nacionalista, reelaborações de seus termos. Contemplam também análises políticas que alvejam aspectos mais estruturais (os partidos políticos) e posicionamentos sobre debates cotidianos (como a lei da remessa de lucros), muitas vezes discordando abertamente da posição pecebista. Os artigos publicados por Elias Chaves Neto, diretor responsável da revista, que também assinava os editoriais, endossam grande parte das visões expostas por Caio Prado, assim como apresentam reflexões originais do jornalista, especialmente nos temas mais voltados à conjuntura política, para os quais mais contribuiu.¹⁴

¹⁴ Um dado interessante levantado por Paulo Sérgio Pinheiro é a existência de uma possível “divisão do trabalho” entre Caio Prado e Elias Chaves: relata que os atritos entre Caio Prado Júnior e o PCB foram por suas “revisões precursoras das bases de interpretação da sociedade brasileira”, enquanto com Chaves Neto se dão devido a suas “análises de conjuntura nada convencionais” (PINHEIRO, 1982, p. 14). Assim, Caio Prado publica majoritariamente

Em termos da análise interna dos artigos publicados na *Revista Brasiliense*, Elias Chaves Neto, com um total de 47 artigos publicados, se faz presente como um analista dos grandes acontecimentos da conjuntura política e com posicionamentos firmes que sustentou durante todo o período de publicação. Paulo Sérgio Pinheiro (1982, p. 13) nota, em seus escritos, elementos distintivos que o transformam em “um comunista brasileiro bem estranho”.

Logo em seu primeiro artigo publicado na *R.B.*, “Política de União Nacional” (1955), Chaves Neto revela sua base caiopradiana de interpretação do Brasil, citando diretamente o livro *História Econômica do Brasil*, escrito pelo historiador paulista, e endossando a tese de que a formação econômica do Brasil se deu correspondendo a interesses europeus. Assim, o capitalismo brasileiro não seria “consequência natural das nossas forças de produção”, mas impostas para a satisfação de necessidades externas. Esta característica estrutural da economia brasileira perduraria desde a formação do Brasil e seria a causa fundamental do atraso econômico da nação¹⁵ – diagnóstico compartilhado nas *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. Por ocasião desta formação orientada ao mercado externo, o Brasil teria um déficit de industrialização, de produção para os interesses nacionais, e não teria conseguido formar um mercado interno amplo e estável. Chaves Neto identifica, ainda, dois setores da sociedade brasileira aos quais muito interessaria perpetuar a estrutura econômica atrasada: os “latifundiários reacionários” e “aqueles que defendem em nosso país o interesse do imperialismo norte-americano”. Os primeiros, por verem no progresso uma ameaça ao sistema lucrativo de suas propriedades, e os segundos, porque não lhes interessaria perder a característica de país primário-exportador. Neste panorama, o capital estrangeiro emerge como um dos mantenedores da estrutura atrasada do desenvolvimento nacional, trabalhando para aprofundar a dependência econômica brasileira.

Feito este diagnóstico, Chaves Neto aponta aquilo que chama de *solução nacionalista*: uma emancipação econômica e política do Brasil, isto é, a reorientação da economia nacional para os “interesses da população” e a melhoria das condições materiais de vida da população. Tal mudança se realizaria, segundo o jornalista, pela industrialização do país, com a produção de bens para serem comercializados para a população, alinhada com a divisão da propriedade agrí-

artigos que tratam da política econômica e da “herança colonial” brasileira, enquanto Elias Chaves Neto está sempre preocupado em responder às reviravoltas conjunturais dos instáveis anos 1950-60.

¹⁵ “Essa é, em seus fundamentos, a causa do mal-estar econômico pelo qual o país atravessa e que é preciso buscar, como fez Caio Prado Júnior, na formação histórica de nosso país, para se concluir tratar-se de um mal resultante, não das contingências da vida econômica, mas sim da própria estrutura de nossa economia.” (CHAVES NETO, 1982, p. 23).

cola e a melhoria das condições de vida da população rural para estimular e ampliar um mercado interno que consuma os produtos desta indústria. Chaves Neto ainda ressalta que a solução nacionalista não é necessariamente contrária à utilização do capital estrangeiro, mas se coloca contrário ao capital que “procura o nosso país em vista de uma exploração mais rendosa de nossa mão-de-obra ou com o fito de economizar o pagamento de impostos devidos ao nosso governo” (CHAVES NETO, 1982, p. 27). A industrialização, a revisão da propriedade agrícola e a melhoria das condições de vida da população são, portanto, tidos como elementos fundamentais para o desenvolvimento nacional. O nacionalismo anti-imperialista de Elias Chaves Neto e de Caio Prado Júnior teve grandes inspirações na política soviética de coexistência pacífica¹⁶ – que, na visão dos autores, inaugurou um novo período de paz no mundo – e os princípios aprovados na Conferência de Bandung, que caminhavam no mesmo sentido de respeito à autodeterminação dos povos e à soberania nacional.

O autor avança na proposta da nova política econômica e coloca sua luta nos termos de uma luta essencialmente democrática. A luta econômica para este desenvolvimento nacional deveria, necessariamente, ser encampada dentro dos direitos estabelecidos na Constituição, tornando possível o constante reajuste dos salários segundo as condições da produção. Elias Chaves Neto inova com a defesa da democracia ao mesmo tempo que seu Partido, ao menos em teoria, pedia pela derrubada do governo, sob a vigência do *Manifesto de Agosto de 1950*:

A defesa da Constituição é, portanto, o ponto básico de uma política que visa pela união de todos os brasileiros a resolver os problemas dos quais depende a nossa prosperidade. E esta defesa interessa a todos os brasileiros que se conservam fiéis aos ideais democráticos da revolução francesa aos quais o mundo deve seu extraordinário progresso no século passado, e fundamentais para o desenvolvimento de nosso país. (CHAVES NETO, 1982, p. 29).

A defesa da Constituição Federal tinha, ainda, um ponto fundamental para o autor: a defesa da legalidade do Partido Comunista Brasileiro. Sob a defesa de uma política de união nacional dos setores democráticos, conclama-se a defesa do regime constitucional, que incluía, em seus direitos fundamentais de reunião e associação, a legalidade do PCB, o qual, para ele, “é o intérprete das aspirações da política nacional como uma necessidade que vem restituir às nossas

¹⁶ Caio Prado Júnior compartilhava do entusiasmo de Chaves Neto pela política externa soviética, como expressa no artigo “Convivência Pacífica” (PRADO JÚNIOR, 1961c).

instituições políticas o seu verdadeiro caráter representativo” (CHAVES NETO, 1982, p. 31), ainda que, paradoxalmente, estivesse ele mesmo discordando do Partido no decorrer do texto.

Estes diagnósticos e prognósticos de políticas para o desenvolvimento que aparecem já em seu primeiro artigo serão mantidas em linhas gerais e enfatizadas em praticamente todos os demais artigos até o último, às vésperas do golpe militar.¹⁷ A defesa enfática de Chaves Neto da Constituição e da política nacionalista lhe renderiam, inclusive, uma crítica direta de Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, em artigo publicado no jornal *Voz Operária* de 28 de abril de 1956: acusa-o de “nacional-reformista”, alegando que (1) teria deixado de analisar o imperialismo e o latifúndio para concluir que o problema brasileiro fundamental seria o déficit da balança de pagamentos; (2) o autor tomava a luta pela Constituição como suficiente, por si só, para resolver os problemas nacionais. Esta crítica seria respondida na quinta edição da *R.B.*, no artigo “Emancipação Nacional e Defesa da Constituição”, no qual Chaves Neto contesta as críticas, alegando que Prestes não compreendeu suas posições, reafirmando-as ao mesmo tempo que reafirmava a independência da *R.B.* e seus objetivos para com o nacionalismo.

A guinada à esquerda do PCB nos anos 50, mesmo com a “moderação” da linha política no IV Congresso de 1954, é lembrada por Elias Chaves com muitas críticas. Em 1957, no artigo “Socialismo e Emancipação Nacional”, Elias Chaves (1982, p. 76) afirma que o PCB “não associou de forma alguma a sua luta pela libertação do nosso povo da dominação dos grandes proprietários rurais e do jugo capitalista, à luta pela emancipação econômica do país”, e, quando tentou enfim encarar com realismo a situação política brasileira, “o fez com tamanho desconhecimento da realidade brasileira que a propalada Frente Democrática de Libertação Nacional se transformou numa frase vazia, desprovida de qualquer sentido” (CHAVES NETO, 1982, p. 76).¹⁸

A defesa da democracia como panorama estratégico e não apenas tático é, assim, um elemento diferencial de Elias Chaves Neto. As liberdades demo-

¹⁷ Argumentações semelhantes às do artigo “Política de União Nacional”, de 1955, podem ser vistas em diversos outros artigos ao longo dos anos (CHAVES NETO, 1959a, 1963a, 1963b).

¹⁸ Posteriormente, em suas memórias, Elias Chaves Neto lembra o choque que recebeu da guinada do Manifesto de 1950: “Não me lembro como me veio parar às mãos o Manifesto de Agosto (estávamos em 1950), o qual li durante as horas de calor intenso, na frescura do meu rancho. [...] Li e fiquei perplexo. Todo fundamento teórico de nossa política caía por terra. Não se tratava mais de um resistir; de defender a democracia; o que dava base jurídica a nossa luta, de estarmos defendendo as tradições culturais do nosso povo. Tratava-se agora de derrubar o governo qualificado de ditadura e, este deposto, de organizar as forças democráticas da nação numa Frente de Libertação Nacional, para tanto formando-se um exército popular. Aplicava-se no Brasil o esquema asiático das guerras de libertação que tinham origem na luta contra o colonialismo.” (CHAVES NETO, 1978, p. 125).

cráticas, a defesa da Constituição e a necessidade de legalização do Partido Comunista, reafirmada em diversos artigos, são da mais absoluta importância para o autor, invocando os princípios das revoluções francesa e americana e citando o secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI), Palmiro Togliatti, em mais de uma ocasião, para a possibilidade do socialismo em via democrática¹⁹. O que se verifica, inclusive, são essas posições ficando progressivamente mais enfáticas e mais distantes da linguagem usual do PCB, principalmente nos dois últimos artigos publicados sobre a conjuntura: “Revolução Democrática” (CHAVES NETO, 1963a) e “Medidas Concretas” (CHAVES NETO, 1963b). A democracia *de facto* no Brasil significava, para o autor, também a emancipação econômica e vice-versa, quase em associação direta. Em suma,

Não se trata de uma revolução a dois tempos; uma revolução burguesa seguida de uma revolução socialista, mas de um movimento único de democratização do País em progressão para o socialismo. Este é o sentido da revolução brasileira que tem por objetivo acabar com a miséria das massas camponesas, na qual se acham mergulhadas pelo latifúndio, e a exploração do nosso povo pelos inqualificáveis manejos dos trustes internacionais que dominam a nossa economia – revolução democrática que visa a resolver os nossos problemas dentro dos recursos da técnica e a liquidação de todos os privilégios que hoje se opõem ao desenvolvimento do País, os quais procuram recorrer à força para se manterem. (CHAVES NETO, 1982, p. 152).

Nas análises de conjuntura, o exercício da autonomia propiciada pelo espaço da *Brasiliense* também é aproveitado, rendendo avaliações críticas no calor do momento aos rumos da política nacional durante toda a existência da *R.B.* Vimos que Juscelino Kubitschek é recebido por Caio Prado Júnior com surpreendente

¹⁹ É possível que Elias Chaves estivesse atento aos debates que ocorriam no Partido Comunista Italiano sobre socialismo e democracia, citando também Valentino Gerratana: “Esta é a transformação pela qual vem passando o mundo capitalista; o que não quer dizer (pensamento que os chineses atribuem a Togliatti) que a natureza do imperialismo tenha mudado nem que o capitalismo esteja evoluindo para o socialismo. Significa apenas que a luta da classe operária por melhores condições de vida consiste, aceitando esta evolução da sociedade capitalista, em controlar estas organizações gigantes, por um Estado Nacional democrático, sob a hegemonia do proletariado. Esta está sendo nos países europeus a luta da classe operária e pelo socialismo. Aí reside o chamado caminho pacífico para o socialismo que certamente não será um caminho sem árduas lutas, mas luta das grandes massas populares pelo controle político do Estado – processo no qual a luta pela democracia, contra toda forma de opressão das classes dominantes, e a luta pelo socialismo se fundem num processo revolucionário único. Segundo escreve Valentino Gerratana no n. 4 de 1963, da *Revista Internacional*, ao analisar a situação italiana, não se trata ainda da conquista direta do socialismo, nem tampouco da restauração da democracia burguesa, mas de um progresso democrático em relação ao socialismo.” (CHAVES NETO, 1982, p. 151).

otimismo e, com o passar do tempo, todavia a postura se tornaria absolutamente crítica em resposta à relação de J.K. com o capital estrangeiro. Elias Chaves Neto se une ao coro de Caio Prado no artigo “Rumo às Eleições”, de janeiro-fevereiro de 1960, em que faz um balanço da política econômica, reconhecendo o mérito da percepção do presidente sobre a necessidade de impulsionar o desenvolvimento brasileiro para além da condição de primário-exportador, mas com o pecado de “confiar no espontaneísmo das forças econômicas, como se do seu livre curso devesse resultar a prosperidade da qual espera a solução dos nossos problemas” (CHAVES NETO, 1982, p. 128). O governo Juscelino, então, seria avaliado pelo autor como desastroso em resultado da insistência do Presidente da República em acreditar na ação benevolente do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional, o que na verdade estaria apenas agravando a dominação econômica estrangeira, subordinando nossa economia a esses monopólios. Mais ou menos neste mesmo momento, a CEPAL torna-se alvo na Brasiliense em ao menos duas ocasiões, sendo nominalmente mencionada por Elias Chaves Neto, associada às críticas feitas ao governo Juscelino, e criticada pela participação na conferência de Bogotá, em 1960.²⁰

As eleições presidenciais de 1960 parecem criar um cenário de polarização. Em dois artigos publicados antes das eleições, Chaves Neto faz um panorama do cenário eleitoral que se aproximava (CHAVES NETO, 1959b, 1960). De um lado, começava a se estruturar a candidatura de Jânio Quadros, à época Governador do Estado de São Paulo, e de outro, a candidatura de Marechal Lott, militar conhecido pelo papel de liderança no Movimento de 11 de Novembro²¹ e como Ministro da Guerra dos governos Café Filho e Juscelino. A candidatura de Jânio representaria os interesses das classes dominantes brasileiras, sendo compromissado com a manutenção da estrutura econômica brasileira e com a subserviência da economia nacional ao capital estrangeiro. Chaves Neto intui nas camadas populares um sentimento de insatisfação perante a política nacional, e vê potencial para o desenvolvimento de um amplo movimento nacionalista,

²⁰ Em um parágrafo-síntese, Chaves Neto diz: “Essa [difícil situação econômica do País] resulta, sim, do tipo colonial de sua economia, objeto da exploração imperialista, situação agravada pelos desmandos das classes dominantes no poder, principalmente durante a gestão do Sr. Juscelino Kubitschek, quem abriu as comportas para a penetração em massa dos capitais estrangeiros em nosso país. Não é estreitando cada vez mais os laços com o imperialismo, na base de planos de ajuda, os quais no dizer do Sr. Prebisch, Presidente da CEPAL, na conferência de Bogotá, visam a tornar a aplicação dos capitais no continente latino-americano mais rendosa, que poderá ser resolvido o problema da miséria, fome e atraso de grande parte da população do país.” (CHAVES NETO, 1982, p. 155).

²¹ Contragolpe político-militar desencadeado para garantir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, nos ritos da Constituição Federal, contra as posições udenistas e de setores militares – notadamente vinculados à Escola Superior de Guerra – de impedir a posse (SKIDMORE, 2007, p. 188-198).

que poderia ser agregado à candidatura de Marechal Lott, representante de uma continuidade do governo JK, mas com o diferencial de ser, em boa medida, “uma voz discordante”²². Tudo dependeria de Marechal Lott compreender o que seria o verdadeiro sentido do nacionalismo, isto é, “é preciso que ele compreenda que o nacionalismo é um movimento que levanta todos os povos oprimidos da terra, e os dominados economicamente, na luta contra o imperialismo” (CHAVES NETO, 1982, p. 132). As ambições do autor, todavia, não foram concretizadas, e Jânio foi eleito Presidente da República. Durante o governo, as críticas se mantiveram sobre os mesmos fundamentos, em um tom de continuidade da política de Juscelino sobre capitais externos, mas com restritos elogios à sua política externa, que mostrava alguma simpatia com a Revolução Cubana e os países socialistas (CHAVES NETO, 1961a, 1961b).

Em 1961, na ocasião da tentativa, por parte dos ministros militares, de impedir a posse de João Goulart como Presidente da República após a renúncia de Jânio Quadros, Chaves Neto reafirma sua postura de defesa da ordem constitucional e democrática, enfatizando que os debates sobre o rumo que a nação deveria tomar (pensando na luta nacionalista) deveriam ser processados em uma

[...] batalha a se travar dentro da ordem legal e que não pode de forma alguma ser tachada de subversiva, como fazem crer os propagadores de golpes, para os quais toda luta política é apontada como uma ameaça à tranquilidade pública, justificando uma intervenção armada. (CHAVES NETO, 1982, p. 137).

O Presidente João Goulart também seria alvo de críticas do jornalista. Jango é retratado nas páginas da *R.B.*, especialmente nos artigos “Revolução Democrática” e “Medidas Concretas”, como uma figura vacilante, que evita se engajar em uma política de caráter nacionalista e, por isso, fraqueja no trâmite de suas reformas, organizando sua gestão pública nos termos de uma política partidária que já teria sido superada (CHAVES NETO, 1982). Ainda assim, as Reformas de Base de Jango eram vistas como essenciais para o desenvolvimento nacional, mas a própria figura e a política do Presidente não favoreciam sua aprovação, e isto causaria desconfiança inclusive nas camadas populares, que seriam

²² Em termos de política efetiva, Elias Chaves Neto atribui mais continuidade a Jânio Quadros em relação a JK do que ao próprio Marechal Lott: “É difícil, hoje em dia, estabelecer-se uma distinção sensível entre a política desenvolvimentista do Sr. Juscelino Kubitschek, preocupado em atrair os capitais estrangeiros para a nossa terra, e a política ‘renovadora’ do Sr. Jânio Quadros, que defende os princípios da ortodoxia capitalista, únicos, segundo ele, capazes de atrair para o nosso País esses mesmos capitais e fomentar seu progresso.” (CHAVES NETO, 1982, p. 130).

sua base fundamental de sustentação. “Ser ou não ser”, é o dilema no qual se debate” (CHAVES NETO, 1982, p. 153). Hesitante de tomar o lado do povo e, ao mesmo tempo, acusado pela reação de flertar com o comunismo, fomentava cada dia mais sua própria instabilidade. O artigo “Medidas Concretas” – que discorre mais densamente sobre a política de Jango –, publicado no fim de 1963, foi o último de análise política que Elias Chaves Neto publicou. A *Revista Brasiliense* seria extinta poucos meses depois.

Conclusão

Nesse panorama amplo e com uma análise mais atenta aos textos de Caio Prado Júnior e de Elias Chaves Neto, encontramos indicações do lugar ocupado pela *Revista Brasiliense* nos debates amplos da metade do século sobre o desenvolvimento nacional e da realidade brasileira, estabelecendo posições que não chegam ao rompimento direto, mas possuem mais desencontros do que encontros com posições pecebistas: às vezes convergem por motivos distintos, às vezes divergem com ressalvas, flutuando mediante as alterações da própria conjuntura política brasileira. A defesa da democracia como valor estratégico por Elias Chaves Neto parece constituir forte exemplo da execução do postulado de autonomia relativa presente na revista, assim como o são os momentos em que suas análises de conjuntura se distanciam das encampadas pelo Partido Comunista. Se a defesa persistente da legalidade do PCB não deixa dúvidas da inclinação comunista dos autores, assim como sua linguagem abundante em termos do marxismo-leninismo – a construção de um nacionalismo *anti-imperialista* por excelência –, suas posições em relação aos governos, às políticas econômicas e de alianças políticas, junto da negação da revolução democrático-burguesa e da interpretação semifeudal do Brasil, os tornam, certamente, comunistas muito particulares.

Em dois terrenos de comparação, marcam-se distinções: tanto, e principalmente, nas interpretações sobre a formação social e econômica do Brasil – e, por extensão, na forma de analisar a contemporaneidade e a possibilidade de resolver problemas referentes a essa (má) formação –, quanto nas análises imediatas de conjuntura, nas quais os editoriais da *R.B.* usualmente adotam posição mais críticas e eventualmente veem o Partido como parte de uma coalizão insustentável. Isto é, a posição oficial da *Brasiliense* se coloca menos comprometida com a tal “burguesia nacional” e com certos compromissos de conciliação. Esses são os lances que a *Revista Brasiliense* propõe na linguagem nacionalista: a construção de um nacionalismo de origem marxista-leninista distinto em pontos centrais

(e antecessor) daquele que passa a ser defendido pelo PCB depois de 1958, mas ainda umbilicalmente ligado ao movimento comunista, aos seus termos e significados.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRANDÃO, G. M. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista, 1920-1964**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASILIANSE, R. Manifesto de fundação. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 1, 1955.

CHAVES NETO, E. **Sentido dinâmico de democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHAVES NETO, E. **Minha vida e as lutas de meu tempo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CHAVES NETO, E. Revolução democrática. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 48, 1963a.

CHAVES NETO, E. Medidas concretas. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 50, 1963b.

CHAVES NETO, E. Jânio Quadros. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 34, 1961a.

CHAVES NETO, E. O Sr. Jânio Quadros e a coexistência pacífica. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 35, 1961b.

CHAVES NETO, E. Rumo às eleições. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 27, 1960.

CHAVES NETO, E. A etapa nacionalista. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 26, 1959a.

CHAVES NETO, E. Polarização das forças. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 22, 1959b.

CHAVES NETO, E. Política de união nacional. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 1, p. 48–65, 1955.

LIMONGI, F. P. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a revista Brasiliense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 27–46, 1987.

- MACHRY, M. S. **O Horizonte nacionalista de esquerda e a Revista Brasiliense (1955 - 1964):** sociabilidade intelectual e linguagem política. 2017. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- MONTALVÃO, S. de S. Histórias cruzadas: uma prosopografia dos fundadores da Revista Brasiliense (São Paulo, 1955). **História**, São Paulo, v. 36, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-436920170000000007>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- PAULA, J. A. DE. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. **Pesquisa & Debate:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, São Paulo, v. 17, n. 1(29), 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11869>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PERICÁS, L. B. **Caio Prado Júnior:** uma biografia política. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PINHEIRO, P. S. Apresentação. *In:* CHAVES NETO, E. (ed.). **Sentido dinâmico de democracia.** São Paulo: Brasiliense, 1982. p.9-18.
- POCOCK, J. G. A. O conceito de linguagem e o métier d'historien. *In:* POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: Edusp, 2003. p.63-82.
- PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução Brasileira e a questão agrária no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRADO JÚNIOR, C. Perspectivas sobre a política progressista e popular brasileira. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 44, 1962.
- PRADO JÚNIOR, C. Panorama da política brasileira. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 38, 1961a.
- PRADO JÚNIOR, C. A Instrução 204 e a política econômica brasileira. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 35, 1961b.
- PRADO JÚNIOR, C. Convivência pacífica. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 33, 1961c.
- PRADO JÚNIOR, C. As eleições de 3 de outubro. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 32, 1960.

PRADO JÚNIOR, C. A lição das eleições de 3 de outubro. **Revista Brasileira**, São Paulo, v. 20, 1958

PRADO JÚNIOR, C. **Diretrizes para uma política econômica brasileira**. São Paulo: Urupês, 1956a.

PRADO JÚNIOR, C. Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros. **Revista Brasileira**, São Paulo, v. 2, 1956b.

PRADO JÚNIOR, C. A política brasileira. **Revista Brasileira**, São Paulo, v. 8, 1956c.

PRADO JÚNIOR, C. O sentido da anistia ampla. **Revista Brasileira**, São Paulo, v. 4, 1956d.

RICUPERO, B. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

SANTOS, R. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. *In*: MORAES, J. Q. de.; REIS, D. A. (ed.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2003. v. 1. p.133-156.

SARLO, B. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. **América: Cahiers du CRICCAL**, v. 9–10, p. 9–16, 1992.

SEGATTO, J. A.; SANTOS, R. A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991. *In*: MORAES, J. Q. de.; REIS, D. A. (ed.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2007. v. 6. p.13-62.

SILVA, F. T. DA; SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). *In*: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (ed.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 101–140.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Recebido em: 04 de novembro de 2021.

Aprovado em: 12 de maio de 2022.